

CRIAÇÃO DA ESCOLA POLITÉCNICA DA BAHIA E A GUERRA DE CANUDOS

João Augusto de Lima Rocha

Professor Adjunto da Escola Politécnica da UFB^a

Completando seu centenário a 14 de março de 1897, a Escola Politécnica da Bahia constitui-se num exemplo de instituição criada em razão de necessidades econômicas e políticas bem identificadas com os interesses das classes dirigentes, àquela época, no Estado da Bahia, havendo uma aparente relação desse episódio com a escalada militar em Canudos, assunto que aqui se levanta, no intuito de que pesquisas mais aprofundadas, a cargo naturalmente de historiadores, possam entrar em detalhes mais substanciais.

Buscando superar a difícil fase imediatamente posterior à instalação do regime republicano, quando seis governadores foram nomeados para o Estado, num período de pouco mais de dois anos, a Bahia de 1892 vivia um momento em que suas elites dirigentes tentavam consolidar a estabilidade política, através da eleição regular dos governadores.

Num clima de grande efervescência política, toma posse o primeiro governador eleito do Estado, o médico Joaquim Manoel Rodrigues Lima, que consegue atravessar a turbulência e completar o mandato para o qual havia sido eleito (28/5/1892 a 27/5/1896), havendo

contribuído para a montagem da máquina administrativa e diminuído o montante da dívida do Estado.

Secretário de Viação do Governo Rodrigues Lima, o engenheiro Arlindo Coelho Fragoso, formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, seria, logo imediatamente ao fim de seu mandato, o principal organizador do Instituto Politécnico e da Escola Politécnica da Bahia, já no governo seguinte, de Luiz Viana, que tomou posse em 28/5/1896.

Logo a 5 de julho desse ano, pouco mais de um mês após a posse de Luiz Viana, Arlindo Fragoso reúne-se com os engenheiros Afonso Glicério da Cunha Maciel, Austrichiano de Carvalho, Alexandre Freire Maia Bittencourt, Justino da Silveira Franca, Salvador Pires de Carvalho e Aragão, Francisco Lopes da Silva Lima, Antonio Luiz Freire de Carvalho, Fortunato Fausto Galo e Antonio Augusto Machado, na sala do Secretário de Agricultura, José Antonio Costa, e anuncia que, pela ação de *particulares* e do *Governo Estadual*, iria ser fundado o Instituto Politécnico e a Escola Politécnica. Após apenas quatro dias, em 9 de julho de 1896, são aprovados os estatutos das duas instituições, sendo o Instituto instalado em 12 de julho de 1896, somente uma semana após o início do processo!. A rapidez, algo um tanto fora da tradição de nossa burocracia, parece não deixar dúvidas quanto ao fato de que se tratava de uma decisão política muito bem calculada, do Governo Luiz Viana. O interesse do Executivo estadual materializou-se, aliás, através de sucessivas dotações de recursos para o Instituto.

A Escola Politécnica, a primeira parte do projeto educativo do Instituto recém-fundado, cujos cursos seriam instalados a 14 de março de 1897, teve sua proposta baseada na da escola congênera do Rio de Janeiro. Arlindo Fragoso, ao apresentar, em 24 de julho de 1896, o *Plano de Ensino para os Cursos da Escola Politécnica da Bahia*, referiu-se às “...*faltas de que se ressentia a Escola de Pernambuco e à confusão que se nota na de São Paulo*”, para propor que fosse adotado o regime da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, nome pelo qual passara a ser chamada a escola Central a partir de 1874, esta, por sua vez, criada em 1858, a partir da Escola Militar.

Foi na Escola Central do Rio de Janeiro que se inaugurou o primeiro curso de engenharia *civil* em nosso país. Segundo Luiz Antonio Cunha: “*o qualificativo civil tem a função única de distingui-la da outra engenharia, a militar. Foi muito mais tarde, já no século XX, que o termo civil passou a designar uma engenharia geral não especializada. Só a partir dos anos 50 engenharia civil veio a ser entendida como especializada em construção civil, isto é, edificações, estradas, águas e esgotos, etc.*”. A Escola Politécnica do Rio de Janeiro, segundo o mesmo autor, formava quatro especialidades de engenheiros: civil, geógrafo, minas e industrial, das quais somente as duas primeiras seriam inicialmente instaladas na Escola Politécnica da Bahia.

Não há dúvida que a introdução desses cursos na Bahia guarda coerência com a tese política do aumento da autonomia estadual, defendida no plano nacional principalmente por Luiz Viana e pelo líder gaúcho Júlio de Castilhos, no confronto estabelecido entre os estados e o poder central, naqueles primeiros anos do regime republicano. As elites baianas mais esclarecidas davam suporte a essa tese, lutando pelo atendimento das necessidades de transporte, moradias, fábricas, melhoria da infraestrutura urbana e produção de energia, essenciais para o início do processo, por elas almejado, de industrialização do estado.

Por outro lado, o setor agrário que, aliado ao setor do comércio de exportação, fazia parte, à época, do polo hegemônico de poder no Estado, encontrava-se às voltas com um episódio que iria marcar a vida nacional, a Guerra de Canudos. A ascensão da liderança de Antonio Conselheiro preocupava os proprietários rurais, principalmente porque sua pregação estava contribuindo para a retirada da mão-de-obra semi-escravizada das fazendas, a partir do “*mau exemplo*” representado pela promessa do carismático líder, de oferecer o paraíso antes da morte aos explorados do campo.

Registraram-se, a época, muitas críticas dos setores econômicos e, ao contrário, o apoio da intelectualidade baiana, à decisão do Governador Rodrigues Lima, de não intervir em Canudos¹. Já o Governador Luiz Viana, aproveitando-se do pretexto de um incidente ocorrido em Juazeiro, pouco tempo após assumir o governo, no mês de outubro de 1896, começa a escalada que irá levar a um envolvimento crescente, culminando com a presença do próprio Ministro da Guerra, para esmagar brutalmente as forças do movimento de contestação ao poder central, hoje considerado o mais potente forjado em nosso país.

A escalada militar em Canudos teve como um de seus maiores problemas a geografia do semi-árido, particularmente na questão do clima e do terreno, este último tendo sido bastante relevante, dada a utilização de táticas assemelhadas à da guerrilha, pelos homens do Conselheiro. À medida que se seguiam as sucessivas expedições militares, as três primeiras fragorosamente derrotadas no sertão da Bahia, o noticiário nacional ia aumentando o destaque para a guerra, e dentro dela o fator geográfico. A propósito, Walnice Nogueira Galvão transcreve, em seu clássico "No Calor da Hora", um anúncio publicado, à época do episódio de Canudos, pelo jornal carioca "O País", vendendo o "Mapa de Canudos, ... nitidamente litografado, indicando as marchas e posições das diversas colunas em operações". O fato de a Escola Politécnica da Bahia ter iniciado suas atividades propondo-se precisamente a formar engenheiros civis e *engenheiros geógrafos*, insinua uma ligação entre o fato de sua apressada instalação, com o projeto de uma intervenção autônoma do Governo Luiz Viana nos acontecimentos de Canudos, na hipótese, àquele tempo muito provável, de um desdobramento dos fatos que colocasse a possibilidade de um confronto, usando-se o pretexto de Canudos, entre os autonomistas e o poder central.

¹ A esse respeito, vale registrar a existência de um soneto inédito (datado de 28 de maio de 1896) em homenagem ao Governador Rodrigues Lima, de autoria do celebrado poeta baiano Pethion de Villar (pseudônimo de Egas Moniz), encontrado no fundo de um quadro recentemente recuperado pelo Deputado Haroldo Lima, bisneto do governador. As estrofes finais do soneto são muito reveladoras do apoio à não intervenção em Canudos: "Merces a polém, gritam raiosamente / Tu que o Estado de Sítio e as sanhas vingadoras / De uma guerra civil postpaste-nos clemente! ...// Deixal-os blasphemar! caminha sempre em frente / Espera sem temor, de pé, tranquilamente, / A sentença final das gerações vindouras!"

Na busca da aproximação entre os eventos de Canudos e da criação da Escola, vale registrar o momento de sua instalação solene, exatamente quando chegava a notícia da morte do Coronel Moreira César, chefe da terceira expedição militar, esfacelada após o controvertido fim de seu prestigiado comandante. Segundo registra Arquimedes Guimarães, no seu precioso resumo das atas da Escola Politécnica (1896-1946), a instalação da Escola ocorre a 14 de março de 1897, "perante autoridades e pessoas gradas, incluindo o representante da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, Professor Francisco Antonio Carneiro da Cunha e alunos do Colégio Militar da Capital Federal". O Secretário do Interior, Sátiro de Oliveira Dias, representando o Governador Luiz Viana, afirma na ocasião que: "...em meio às aflições da Pátria, ainda de luto pelas mágoas da sua atualidade, era uma nota consoladora aquela festa.", e compromete-se em auxiliar a Escola, "por compreender as vantagens do seu advento." Arlindo Fragoso, em resposta, aludindo à agitação reinante no país diz que, também a Escola Politécnica de Paris surgira em meio a agitações nacionais e pede que seja adotado para lema da bandeira da escola, aquele que Napoleão colocara no estandarte da *École Polytechnique*: "Pela ciência, pela instrução e pela Pátria"

O episódio da criação da Escola Politécnica da Bahia parece estar incluído na preparação de uma cuidadosa estratégia de governo e revela o senso de oportunidade política do Governador Luiz Viana, ao conseguir combinar tão distintos interesses, quais sejam os do setor agrário-exportador, temeroso da ascensão do Conselheiro, com os dos setores interessados na industrialização e desenvolvimento urbano da Bahia, dentro do propósito de fortalecimento da tese da autonomia estadual, contra os excessos do poder central. Uma questão, como se percebe, ainda bastante atual, nestes tempos de medidas provisórias em profusão, do uso desmedido da máquina pública federal e do sufocamento dos estados e municípios...

OBRAS CONSULTADAS:

1. CUNHA, L. A. *A Universidade Temporã: O ensino superior da colônia à era Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
2. GALVÃO, W. N. *No Calor da Hora*. São Paulo: Ática, 1974.
3. GUIMARÃES, A. P. *Escola Politécnica da UFBA.- 1896 a 1947 - Síntese das Atas*. Salvador: Escola Politécnica, 1972.
4. *80 ANOS de Escola Politécnica da UFBA - Artigos de Augusto da Silveira Mascarenhas, Hernâni Sávio Sobral, Magno dos Santos Pereira Valente e Norberto Odebrecht*, Salvador, 1977.
5. *NONAGÉSIMO aniversário da instalação da Escola Politécnica da Bahia* - Discurso de Hildérico Pinheiro de Oliveira, Salvador, 1987.

ALTO DO MARIO ou ALTO DA FAVELA?

Claude Santos

Fotógrafo e pesquisador de imagens.

Autor do Projeto "Guia Visual do Cenário da Guerra de Canudos"

Tudo indica que existe, nos estudos do cenário da Guerra de Canudos, um grande equívoco em relação ao Alto da Favela.

Este sítio, durante muitos anos, tem sido confundido com o Alto do Mário, cristalizando um engano que exige esclarecimento imediato por estarmos às vésperas da inauguração do Parque Estadual de Canudos, iniciativa da Universidade do Estado da Bahia - UNEB¹.

O Parque, instalado no cenário da Guerra, tem entre os seus objetivos estimular o turismo histórico na região. Estudantes e estudiosos interessados no tema terão a oportunidade de buscar entendê-lo estando no palco da terrível tragédia sertaneja.

Retomando a afirmativa inicial, apresentaremos alguns argumentos na tentativa de esclarecê-la. Começaremos historiando a locação.